



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal
Secretaria Executiva de Planejamento
Subsecretaria de Gestão de Programas e Projetos Estratégicos

Nota Técnica N.º 3/2024 - SEEC/SEPLAN/SUPPE

Brasília-DF, 25 de junho de 2024.

À Secretaria Executiva de Planejamento (SEPLAN)

Assunto: Auditoria Operacional com o intuito de avaliar o Plano Distrital de Políticas para Mulheres

1. RELATÓRIO

Trata-se de Auditoria Operacional realizada com o intuito de avaliar o Plano Distrital de Políticas para Mulheres - Eixo 1 (Igualdade no mundo do Trabalho e Autonomia Econômica), Eixo 2 (Educação para Igualdade), Eixo 6 (Igualdade para Mulheres Rurais) e Eixo 9 (Igualdade para as Mulheres Jovens, Mulheres Idosas e Mulheres com Deficiência), visando subsidiar a análise de Contas Anuais do Governo, referentes ao exercício de 2023.

A Decisão nº1480/2024 do TCDF ([142563036](#)), por unanimidade decidiu:

(...)

encaminhar aos órgãos abaixo relacionados para conhecimento e manifestação, no prazo de 30 (trinta) dias, acerca dos achados indicados, critérios, evidências, causa, efeitos, propostas de correção e melhorias e dos benefícios esperados, que devem fazer constar, em caso de discordância, seus argumentos e documentação comprobatória, conforme o seguinte: **a) Governadoria do Distrito Federal: achado 1;** b) Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal - SM/DF: achados 2 a 9; c) Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEE/DF: achado 5; d) Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda do Distrito Federal - SEDET/DF: achados 4, 6 e 7; e) Secretaria de Tecnologia e Inovação do Distrito Federal - SECTI/DF: achado 5; f) Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal - SEAGRI/DF: achado 6; g) Secretaria de Estado de Justiça do Distrito Federal - SEJUS/DF: achado 7; II – alertar os gestores de que: a) o mérito dessa versão ainda será objeto de apreciação pelo Tribunal, que as propostas de correção ou melhorias não possuem caráter cogente neste momento e que os esclarecimentos prestados serão considerados pela equipe técnica na avaliação da pertinência dos achados e proposições na elaboração da versão final do Relatório de Auditoria.

(...)

Os autos foram encaminhados ao Secretário de Estado da Casa Civil por meio do Ofício Nº 638/2024 - GAG/CH (142568010), para análise, visando a assegurar o interesse público, solicitando que a Casa Civil adote as medidas cabíveis, conforme disposto no [Decreto nº 40.213, de 30 de outubro de 2019](#), e para a Consultoria Jurídica, através do Memorando Nº 286/2024 - GAG/CH ([142568193](#)) para análise e adoção das medidas pertinentes.

A Casa Civil por sua vez, encaminhou Despacho - CACI/GAB/ASSESP ([142673108](#)) para a Subsecretaria de Análise de Políticas Governamentais proceder a análise e manifestação acerca da citada Decisão ([142563036](#)).

A Consultoria Jurídica exarou Despacho - GAG/CJ (142683603) destacando a Decisão ([142563036](#)) e o Achado 1, verificando que os autos haviam sido encaminhados à CACI, determinou a inclusão dos autos em acompanhamento especial e posterior conclusão por não haver providências a serem tomadas naquele momento.

Instada a se manifestar a Subsecretaria de Análise de Políticas Governamentais, manifestou-se por meio do Despacho - CACI/SPG ([143273469](#)), e, em tratativas com a Secretaria de Estado de Governo, concluiu que os autos deveriam ser encaminhados àquela Pasta para adoção das providências cabíveis, de modo a subsidiar resposta do Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal à Corte de Contas.

A Secretaria de Estado de Governo, por sua vez, expediu o Ofício Nº 1090/2024 - SEGOV/GAB ([143424873](#)) à Casa Civil, sugerindo o redirecionamento dos autos à Secretaria de Estado de Economia do DF, considerando as competências institucionais, com vistas à Secretaria Executiva de Planejamento - SEPLAN.

Nesse sentido, a Casa Civil, em atendimento ao opinativo da Subsecretaria de Análise de Políticas Governamentais, constante no Despacho - CACI/SPG/UDOC ([143479623](#)), encaminhou os autos para análise e

manifestação da SEEC, até o dia 28/06/2024, ante o prazo estabelecido pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal para a resposta do Excelentíssimo Senhor Governador.

Os autos foram encaminhados a esta Secretaria de Estado, por meio do Despacho - CACI/GAB ([143482784](#)) para que se manifestasse quanto ao **Achado 1**, do Relatório Prévio de Auditoria, qual seja:

(...)

Constatou-se a ineficiência do Governo do Distrito Federal em acompanhar as políticas públicas intersetoriais no que se refere ao II Plano Distrital de Políticas para Mulheres – PDPM. Apesar de diversos órgãos do GDF ter a competência de acompanhar a implantação de políticas públicas, nenhum deles identificou tempestivamente as falhas de implementação do Plano, prejudicando a adoção de medidas corretivas (**achado 1**).

(...)

Assim os autos foram encaminhados à Secretaria Executiva de Planejamento (SEPLAN/SEEC) por meio do Despacho – SEEC/GAB ([143642817](#)) e direcionado para a Subsecretaria de Gestão de Programas e Projetos Estratégicos, por meio do Despacho - SEEC/SEPLAN ([143664996](#)) para apreciação e manifestação quanto ao assunto em tela.

É o relatório.

2. ATUAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL

O II Plano Distrital de Políticas para Mulheres, elaborado por órgãos governamentais, não governamentais e sociedade civil, foi construído através das ações e metas previstas no Plano Plurianual 2019-2022, ações do Plano Estratégico do DF 2019-2060 e consulta pública para indicação de propostas de políticas públicas cujo público-alvo fossem as mulheres.

Após a finalização do processo de análise e de escuta, devidamente validado pelas Secretarias envolvidas, o conteúdo foi compilado e apresentado com a formalização final, por meio do Decreto nº 42.590, de 07 de outubro de 2021, publicado no DODF nº 191, de 08 de outubro de 2021.

Cumprе ressaltar que a Secretaria de Estado de Economia, na prerrogativa de suas competências legais, por meio da Subsecretaria de Gestão de Programas e Projetos Estratégicos, da Secretaria Executiva de Planejamento, contribuiu com aporte metodológico e auxílio no levantamento das ações propostas por outras Secretarias de Estado, bem como na customização de Módulo específico, no Sistema Gestão-DF, para viabilizar o monitoramento e acompanhamento das ações do II PDPM pela SMDF.

Registra-se que a criação de módulo específico no Sistema Gestão DF, e o suporte fornecido pela Secretaria de Estado de Economia (Seec) teve como objetivo ofertar os meios para que a Secretaria de Estado da Mulher tivesse uma ferramenta tecnológica para implementação e monitoramento do II PDPM.

Observa-se que a Subsecretaria de Gestão de Programas e Projetos Estratégicos, vinculada à Secretaria Executiva de Planejamento (Suppe/Seplan/Seec) atuou com base em sua competência regimental, no aporte de conhecimento técnico e na disseminação da gestão de projetos nos órgãos e entidades do DF, conforme estabelece a Portaria SEEC nº 140, de 17/05/2021 (Regimento Interno da Secretaria de Estado de Economia), art. 63, incisos II e IV:

(...)

Art. 63. À Subsecretaria de Gestão de Programas e Projetos Estratégicos – SUPPE, unidade orgânica de comando e supervisão, diretamente subordinada à Secretaria Executiva de Planejamento, compete:

(...)

II - aportar conhecimento técnico e ferramentas de gestão às equipes de programas e projetos estratégicos das secretarias de estado e entidades a elas vinculadas;

(...)

IV - disseminar a gestão de projetos nos órgãos e entidades da Administração Pública do Distrito Federal;

(...)

Faz-se necessário destacar que o II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres (II PDPM) consiste em ações de políticas públicas destinadas a promover a igualdade de gênero e combater a discriminação contra as mulheres. E, tais ações são monitoradas pela Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal (SMDF), órgão designado para coordenar o Comitê de Articulação e Monitoramento do II PDPM, conforme consta no Decreto nº 42.590/2021, art. 4º, §1º *in verbis*:

(...)

Art. 4º (...)

§1º À Secretaria de Estado da Mulher competirá a coordenação do Comitê e indicará seus representantes nos termos do inciso II do art. 4º.

(...)

Reforçando o que determina o Decreto nº 42.590/2021, e a especificidade da temática tratada no II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres (II PDPM), tais ações devem ser monitoradas pela Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal (SMDF), conforme consta na [Portaria SMDF nº 33, de 23/11/2022](#) (Regimento Interno da Secretaria de Estado da Mulher do DF), art. 1º, incisos I e III, abaixo transcritos:

(...)

Art. 1º À Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal – SMDF, órgão da Administração Direta do Distrito Federal, diretamente subordinada ao Governador, compete:

I - **formular, coordenar e articular políticas públicas voltadas à promoção da mulher, à garantia de direitos, à proteção, ao acolhimento, ao enfrentamento de todas as formas de discriminação e violência contra as mulheres;**

(...)

III - **acompanhar a implementação de legislação de ação afirmativa e o cumprimento de acordos, tratados, convenções e planos de ações sobre a promoção da igualdade entre mulheres e homens e o combate à discriminação e a todas as formas de violência contra as mulheres;**

(...)

Por fim, registra-se que a Secretaria de Estado de Economia do DF, na qualidade de partícipe do Comitê de Articulação e Monitoramento do II PDPM, conforme estabelece o art. 4º, inciso II, alínea a, do Decreto nº 42.590/2021 e o art. 2º, alínea u, da [Portaria nº 40, de 07 de julho de 2023](#) (DODF 128, de 10/07/2023, pp. 72-73), conduziu o levantamento de informações sobre Ações e Metas, vinculadas ao Eixo 4 (Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres) e ao Eixo 8 (Enfrentamento do Racismo, Sexismo, Lesbofobia e Transfobia), que não são objeto da Auditoria em comento, porém cabe destacar que a SEEC apresentou levantamento, das citadas ações, por meio dos processos [04033-00021288/2023-42](#) (EGov) e [04033-00021318/2023-11](#) (Segea). Além disso, esses dados também foram registrados no Sistema Gestão DF, especialmente customizado para o acompanhamento específico do II PDPM.

3. MEDIDAS ATENUANTES

Com caráter auxiliar a mitigar o achado 1, a Secretaria de Estado de Economia se propõe a ofertar à Secretaria de Estado da Mulher, órgão responsável pela coordenação do II PDPM, proposta de Curso de Capacitação a ser elaborado para atender 20 (vinte) servidores provenientes dos 10 (dez) órgãos da Administração Pública que possuem ações e atuam como membros do Comitê de Articulação do II PDPM, a fim de qualificar e capacitar a equipe envolvida no acompanhamento e na implementação das Ações e Metas vinculadas ao Plano Distrital de Políticas para as Mulheres.

O curso poderá ser ministrado, dividido em 2 (duas) turmas, em data a ser posteriormente definida pela Secretaria de Estado da Mulher. E, o conteúdo aplicado será o seguinte:

- Conhecer o Sistema Gestão DF: descrição das iniciativas, inserção de arquivos e boas práticas no registro dos reportes de situação; e
- A importância da comunicação: atividades, artefatos e habilidades: reuniões de ponto de controle (memória de reunião); sistematização da informação: a rotina no âmbito da SUPPE e ferramentas para comunicação.

4. CONCLUSÃO

A criação de módulo específico no Sistema Gestão DF, e o suporte fornecido pela Secretaria de Estado de Economia (Seec) tiveram como objetivo ofertar os meios para que a Secretaria de Estado da Mulher e os órgãos responsáveis pelas ações e metas vinculadas ao II PDPM tivessem ferramentas disponíveis para lançarem os dados e acompanharem o andamento das ações e Metas sob sua responsabilidade.

A criação do Módulo específico no Sistema Gestão DF e o suporte fornecido pela Secretaria de Estado de Economia tinham como objetivo viabilizar a implementação e o acompanhamento efetivo do II PDPM, pela Secretaria de Estado da Mulher (SMDF).

E, a proposta para a realização de curso de capacitação da equipe envolvida nessas políticas públicas, visa possibilitar o aperfeiçoamento do monitoramento e do acompanhamento das políticas públicas intersetoriais, por parte do Comitê, a fim de se possibilitar o alcance dos resultados almejados.

Isso posto, não havendo mais medidas a serem adotadas por esta Subsecretaria, sugere-se o encaminhamento dos autos à Unidade de Controle Interno (UCI/SEEC) para prosseguimento do feito.

ADRIANO ARRUDA BARBOSA LEAL

Subsecretário de Gestão de Programas e Projetos Estratégicos

De acordo,

Encaminhem-se os autos à UCI/SEEC na forma proposta pela SUPPE/SEPLAN/SEEC.

OTÁVIO VERÍSSIMO SOBRINHO

Secretário Executivo de Planejamento



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANO ARRUDA BARBOSA LEAL - Matr.1655458-2, Subsecretário(a) de Gestão de Programas e Projetos Estratégicos**, em 26/06/2024, às 18:31, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **OTÁVIO VERÍSSIMO SOBRINHO - Matr.0191939-3, Secretário(a) Executivo(a) de Planejamento**, em 27/06/2024, às 12:08, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **144364987** código CRC= **8277CF2D**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Praça do Buriti - Anexo do Palácio do Buriti, 10º andar, Sala 1000 - Bairro Zona Cívico Administrativa - CEP 70075-900 - DF

Telefone(s):

Sítio - www.economia.df.gov.br



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal

Gabinete

Ofício Nº 3750/2024 - SEEC/GAB

Brasília-DF, 27 de junho de 2024.

A Sua Excelência o Senhor
GUSTAVO DO VALE ROCHA
Secretário de Estado-Chefe
Casa Civil do Distrito Federal

Assunto: Despacho CACI/GAB ([143482784](#)).

Senhor Secretário de Estado,

1. Ao cumprimentá-lo, reporto-me ao expediente em epígrafe, que fez referência ao Ofício nº 3980/2024-GP ([142547732](#)), proveniente do Tribunal de Contas do Distrito Federal, no qual o Presidente comunicou a Decisão nº 1480/2024 ([142563036](#)), que versa sobre auditoria Operacional realizada com o intuito de avaliar o Plano Distrital de Políticas para Mulheres – Eixos Trabalho, Educação, Igualdade para Mulheres Rurais e Igualdade para Mulheres Jovens, Idosas e com Deficiência, visando subsidiar a análise de Contas Anuais do Governo, referentes ao exercício de 2023, bem como solicitou manifestação desta Pasta quanto ao Achado 1, do Relatório Prévio de Auditoria ([143068608](#)).
2. Sobre o assunto, a Secretaria Executiva de Planejamento (Nota Técnica nº 3/2024 - SEEC/SEPLAN/SUPPE - [144364987](#)), com caráter de auxiliar a mitigar o achado 1, ofertou à Secretaria de Estado da Mulher, órgão responsável pela coordenação do II PDPM, proposta de Curso de Capacitação a ser elaborado para atender 20 (vinte) servidores provenientes dos 10 (dez) órgãos da Administração Pública que possuem ações e atuam como membros do Comitê de Articulação do II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres, conforme ali especificado.
3. Nesse cenário, vale mencionar que a proposta para a realização do citado curso de capacitação, visa o aperfeiçoamento do monitoramento e do acompanhamento das políticas públicas intersetoriais, por parte do Comitê, a fim de possibilitar o alcance dos resultados almejados.
4. Ante o exposto, restituo os autos para conhecimento das informações e documentos supracitados, ao tempo em que registro que esta Secretaria de Estado permanece à disposição.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **NEY FERRAZ JÚNIOR - Matr.0281927-9, Secretário(a) de Estado de Economia do Distrito Federal**, em 28/06/2024, às 16:48, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **144599678** código CRC= **65EA7CA8**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Praça do Buriti - Anexo do Palácio do Buriti, 10º andar, Sala 1000 - Bairro Zona Cívico Administrativa - CEP 70075-900 - DF
Telefone(s): 3342-1140

00600-00006323/2024-14

Doc. SEI/GDF 144599678

Criado por [lorena.sousa](#), versão 7 por [cristiane.moises](#) em 28/06/2024 14:14:30.



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal
Secretaria Executiva de Planejamento
Subsecretaria de Gestão de Programas e Projetos Estratégicos

Nota Técnica N.º 3/2024 - SEEC/SEPLAN/SUPPE

Brasília-DF, 25 de junho de 2024.

À Secretaria Executiva de Planejamento (SEPLAN)

Assunto: Auditoria Operacional com o intuito de avaliar o Plano Distrital de Políticas para Mulheres

1. RELATÓRIO

Trata-se de Auditoria Operacional realizada com o intuito de avaliar o Plano Distrital de Políticas para Mulheres - Eixo 1 (Igualdade no mundo do Trabalho e Autonomia Econômica), Eixo 2 (Educação para Igualdade), Eixo 6 (Igualdade para Mulheres Rurais) e Eixo 9 (Igualdade para as Mulheres Jovens, Mulheres Idosas e Mulheres com Deficiência), visando subsidiar a análise de Contas Anuais do Governo, referentes ao exercício de 2023.

A Decisão nº1480/2024 do TCDF ([142563036](#)), por unanimidade decidiu:

(...)

encaminhar aos órgãos abaixo relacionados para conhecimento e manifestação, no prazo de 30 (trinta) dias, acerca dos achados indicados, critérios, evidências, causa, efeitos, propostas de correção e melhorias e dos benefícios esperados, que devem fazer constar, em caso de discordância, seus argumentos e documentação comprobatória, conforme o seguinte: **a) Governadoria do Distrito Federal: achado 1;** b) Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal - SM/DF: achados 2 a 9; c) Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEE/DF: achado 5; d) Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda do Distrito Federal - SEDET/DF: achados 4, 6 e 7; e) Secretaria de Tecnologia e Inovação do Distrito Federal - SECTI/DF: achado 5; f) Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal - SEAGRI/DF: achado 6; g) Secretaria de Estado de Justiça do Distrito Federal - SEJUS/DF: achado 7; II – alertar os gestores de que: a) o mérito dessa versão ainda será objeto de apreciação pelo Tribunal, que as propostas de correção ou melhorias não possuem caráter cogente neste momento e que os esclarecimentos prestados serão considerados pela equipe técnica na avaliação da pertinência dos achados e proposições na elaboração da versão final do Relatório de Auditoria.

(...)

Os autos foram encaminhados ao Secretário de Estado da Casa Civil por meio do Ofício Nº 638/2024 - GAG/CH (142568010), para análise, visando a assegurar o interesse público, solicitando que a Casa Civil adote as medidas cabíveis, conforme disposto no [Decreto nº 40.213, de 30 de outubro de 2019](#), e para a Consultoria Jurídica, através do Memorando Nº 286/2024 - GAG/CH ([142568193](#)) para análise e adoção das medidas pertinentes.

A Casa Civil por sua vez, encaminhou Despacho - CACI/GAB/ASSESP ([142673108](#)) para a Subsecretaria de Análise de Políticas Governamentais proceder a análise e manifestação acerca da citada Decisão ([142563036](#)).

A Consultoria Jurídica exarou Despacho - GAG/CJ (142683603) destacando a Decisão ([142563036](#)) e o Achado 1, verificando que os autos haviam sido encaminhados à CACI, determinou a inclusão dos autos em acompanhamento especial e posterior conclusão por não haver providências a serem tomadas naquele momento.

Instada a se manifestar a Subsecretaria de Análise de Políticas Governamentais, manifestou-se por meio do Despacho - CACI/SPG ([143273469](#)), e, em tratativas com a Secretaria de Estado de Governo, concluiu que os autos deveriam ser encaminhados àquela Pasta para adoção das providências cabíveis, de modo a subsidiar resposta do Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal à Corte de Contas.

A Secretaria de Estado de Governo, por sua vez, expediu o Ofício Nº 1090/2024 - SEGOV/GAB ([143424873](#)) à Casa Civil, sugerindo o redirecionamento dos autos à Secretaria de Estado de Economia do DF, considerando as competências institucionais, com vistas à Secretaria Executiva de Planejamento - SEPLAN.

Nesse sentido, a Casa Civil, em atendimento ao opinativo da Subsecretaria de Análise de Políticas Governamentais, constante no Despacho - CACI/SPG/UDOC ([143479623](#)), encaminhou os autos para análise e

manifestação da SEEC, até o dia 28/06/2024, ante o prazo estabelecido pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal para a resposta do Excelentíssimo Senhor Governador.

Os autos foram encaminhados a esta Secretaria de Estado, por meio do Despacho - CACI/GAB ([143482784](#)) para que se manifestasse quanto ao **Achado 1**, do Relatório Prévio de Auditoria, qual seja:

(...)

Constatou-se a ineficiência do Governo do Distrito Federal em acompanhar as políticas públicas intersetoriais no que se refere ao II Plano Distrital de Políticas para Mulheres – PDPM. Apesar de diversos órgãos do GDF ter a competência de acompanhar a implantação de políticas públicas, nenhum deles identificou tempestivamente as falhas de implementação do Plano, prejudicando a adoção de medidas corretivas (**achado 1**).

(...)

Assim os autos foram encaminhados à Secretaria Executiva de Planejamento (SEPLAN/SEEC) por meio do Despacho – SEEC/GAB ([143642817](#)) e direcionado para a Subsecretaria de Gestão de Programas e Projetos Estratégicos, por meio do Despacho - SEEC/SEPLAN ([143664996](#)) para apreciação e manifestação quanto ao assunto em tela.

É o relatório.

2. ATUAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL

O II Plano Distrital de Políticas para Mulheres, elaborado por órgãos governamentais, não governamentais e sociedade civil, foi construído através das ações e metas previstas no Plano Plurianual 2019-2022, ações do Plano Estratégico do DF 2019-2060 e consulta pública para indicação de propostas de políticas públicas cujo público-alvo fossem as mulheres.

Após a finalização do processo de análise e de escuta, devidamente validado pelas Secretarias envolvidas, o conteúdo foi compilado e apresentado com a formalização final, por meio do Decreto nº 42.590, de 07 de outubro de 2021, publicado no DODF nº 191, de 08 de outubro de 2021.

Cumprе ressaltar que a Secretaria de Estado de Economia, na prerrogativa de suas competências legais, por meio da Subsecretaria de Gestão de Programas e Projetos Estratégicos, da Secretaria Executiva de Planejamento, contribuiu com aporte metodológico e auxílio no levantamento das ações propostas por outras Secretarias de Estado, bem como na customização de Módulo específico, no Sistema Gestão-DF, para viabilizar o monitoramento e acompanhamento das ações do II PDPM pela SMDF.

Registra-se que a criação de módulo específico no Sistema Gestão DF, e o suporte fornecido pela Secretaria de Estado de Economia (Seec) teve como objetivo ofertar os meios para que a Secretaria de Estado da Mulher tivesse uma ferramenta tecnológica para implementação e monitoramento do II PDPM.

Observa-se que a Subsecretaria de Gestão de Programas e Projetos Estratégicos, vinculada à Secretaria Executiva de Planejamento (Suppe/Seplan/Seec) atuou com base em sua competência regimental, no aporte de conhecimento técnico e na disseminação da gestão de projetos nos órgãos e entidades do DF, conforme estabelece a Portaria SEEC nº 140, de 17/05/2021 (Regimento Interno da Secretaria de Estado de Economia), art. 63, incisos II e IV:

(...)

Art. 63. À Subsecretaria de Gestão de Programas e Projetos Estratégicos – SUPPE, unidade orgânica de comando e supervisão, diretamente subordinada à Secretaria Executiva de Planejamento, compete:

(...)

II - aportar conhecimento técnico e ferramentas de gestão às equipes de programas e projetos estratégicos das secretarias de estado e entidades a elas vinculadas;

(...)

IV - disseminar a gestão de projetos nos órgãos e entidades da Administração Pública do Distrito Federal;

(...)

Faz-se necessário destacar que o II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres (II PDPM) consiste em ações de políticas públicas destinadas a promover a igualdade de gênero e combater a discriminação contra as mulheres. E, tais ações são monitoradas pela Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal (SMDF), órgão designado para coordenar o Comitê de Articulação e Monitoramento do II PDPM, conforme consta no Decreto nº 42.590/2021, art. 4º, §1º *in verbis*:

(...)

Art. 4º (...)

§1º À Secretaria de Estado da Mulher competirá a coordenação do Comitê e indicará seus representantes nos termos do inciso II do art. 4º.

(...)

Reforçando o que determina o Decreto nº 42.590/2021, e a especificidade da temática tratada no II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres (II PDPM), tais ações devem ser monitoradas pela Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal (SMDF), conforme consta na [Portaria SMDF nº 33, de 23/11/2022](#) (Regimento Interno da Secretaria de Estado da Mulher do DF), art. 1º, incisos I e III, abaixo transcritos:

(...)

Art. 1º À Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal – SMDF, órgão da Administração Direta do Distrito Federal, diretamente subordinada ao Governador, compete:

I - **formular, coordenar e articular políticas públicas voltadas à promoção da mulher, à garantia de direitos, à proteção, ao acolhimento, ao enfrentamento de todas as formas de discriminação e violência contra as mulheres;**

(...)

III - **acompanhar a implementação de legislação de ação afirmativa e o cumprimento de acordos, tratados, convenções e planos de ações sobre a promoção da igualdade entre mulheres e homens e o combate à discriminação e a todas as formas de violência contra as mulheres;**

(...)

Por fim, registra-se que a Secretaria de Estado de Economia do DF, na qualidade de partícipe do Comitê de Articulação e Monitoramento do II PDPM, conforme estabelece o art. 4º, inciso II, alínea a, do Decreto nº 42.590/2021 e o art. 2º, alínea u, da [Portaria nº 40, de 07 de julho de 2023](#) (DODF 128, de 10/07/2023, pp. 72-73), conduziu o levantamento de informações sobre Ações e Metas, vinculadas ao Eixo 4 (Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres) e ao Eixo 8 (Enfrentamento do Racismo, Sexismo, Lesbofobia e Transfobia), que não são objeto da Auditoria em comento, porém cabe destacar que a SEEC apresentou levantamento, das citadas ações, por meio dos processos [04033-00021288/2023-42](#) (EGov) e [04033-00021318/2023-11](#) (Segea). Além disso, esses dados também foram registrados no Sistema Gestão DF, especialmente customizado para o acompanhamento específico do II PDPM.

3. MEDIDAS ATENUANTES

Com caráter auxiliar a mitigar o achado 1, a Secretaria de Estado de Economia se propõe a ofertar à Secretaria de Estado da Mulher, órgão responsável pela coordenação do II PDPM, proposta de Curso de Capacitação a ser elaborado para atender 20 (vinte) servidores provenientes dos 10 (dez) órgãos da Administração Pública que possuem ações e atuam como membros do Comitê de Articulação do II PDPM, a fim de qualificar e capacitar a equipe envolvida no acompanhamento e na implementação das Ações e Metas vinculadas ao Plano Distrital de Políticas para as Mulheres.

O curso poderá ser ministrado, dividido em 2 (duas) turmas, em data a ser posteriormente definida pela Secretaria de Estado da Mulher. E, o conteúdo aplicado será o seguinte:

- Conhecer o Sistema Gestão DF: descrição das iniciativas, inserção de arquivos e boas práticas no registro dos reportes de situação; e
- A importância da comunicação: atividades, artefatos e habilidades: reuniões de ponto de controle (memória de reunião); sistematização da informação: a rotina no âmbito da SUPPE e ferramentas para comunicação.

4. CONCLUSÃO

A criação de módulo específico no Sistema Gestão DF, e o suporte fornecido pela Secretaria de Estado de Economia (Seec) tiveram como objetivo ofertar os meios para que a Secretaria de Estado da Mulher e os órgãos responsáveis pelas ações e metas vinculadas ao II PDPM tivessem ferramentas disponíveis para lançarem os dados e acompanharem o andamento das ações e Metas sob sua responsabilidade.

A criação do Módulo específico no Sistema Gestão DF e o suporte fornecido pela Secretaria de Estado de Economia tinham como objetivo viabilizar a implementação e o acompanhamento efetivo do II PDPM, pela Secretaria de Estado da Mulher (SMDF).

E, a proposta para a realização de curso de capacitação da equipe envolvida nessas políticas públicas, visa possibilitar o aperfeiçoamento do monitoramento e do acompanhamento das políticas públicas intersetoriais, por parte do Comitê, a fim de se possibilitar o alcance dos resultados almejados.

Isso posto, não havendo mais medidas a serem adotadas por esta Subsecretaria, sugere-se o encaminhamento dos autos à Unidade de Controle Interno (UCI/SEEC) para prosseguimento do feito.

ADRIANO ARRUDA BARBOSA LEAL

Subsecretário de Gestão de Programas e Projetos Estratégicos

De acordo,

Encaminhem-se os autos à UCI/SEEC na forma proposta pela SUPPE/SEPLAN/SEEC.

OTÁVIO VERÍSSIMO SOBRINHO

Secretário Executivo de Planejamento



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANO ARRUDA BARBOSA LEAL - Matr.1655458-2, Subsecretário(a) de Gestão de Programas e Projetos Estratégicos**, em 26/06/2024, às 18:31, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **OTÁVIO VERÍSSIMO SOBRINHO - Matr.0191939-3, Secretário(a) Executivo(a) de Planejamento**, em 27/06/2024, às 12:08, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **144364987** código CRC= **8277CF2D**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Praça do Buriti - Anexo do Palácio do Buriti, 10º andar, Sala 1000 - Bairro Zona Cívico Administrativa - CEP 70075-900 - DF

Telefone(s):

Sítio - www.economia.df.gov.br